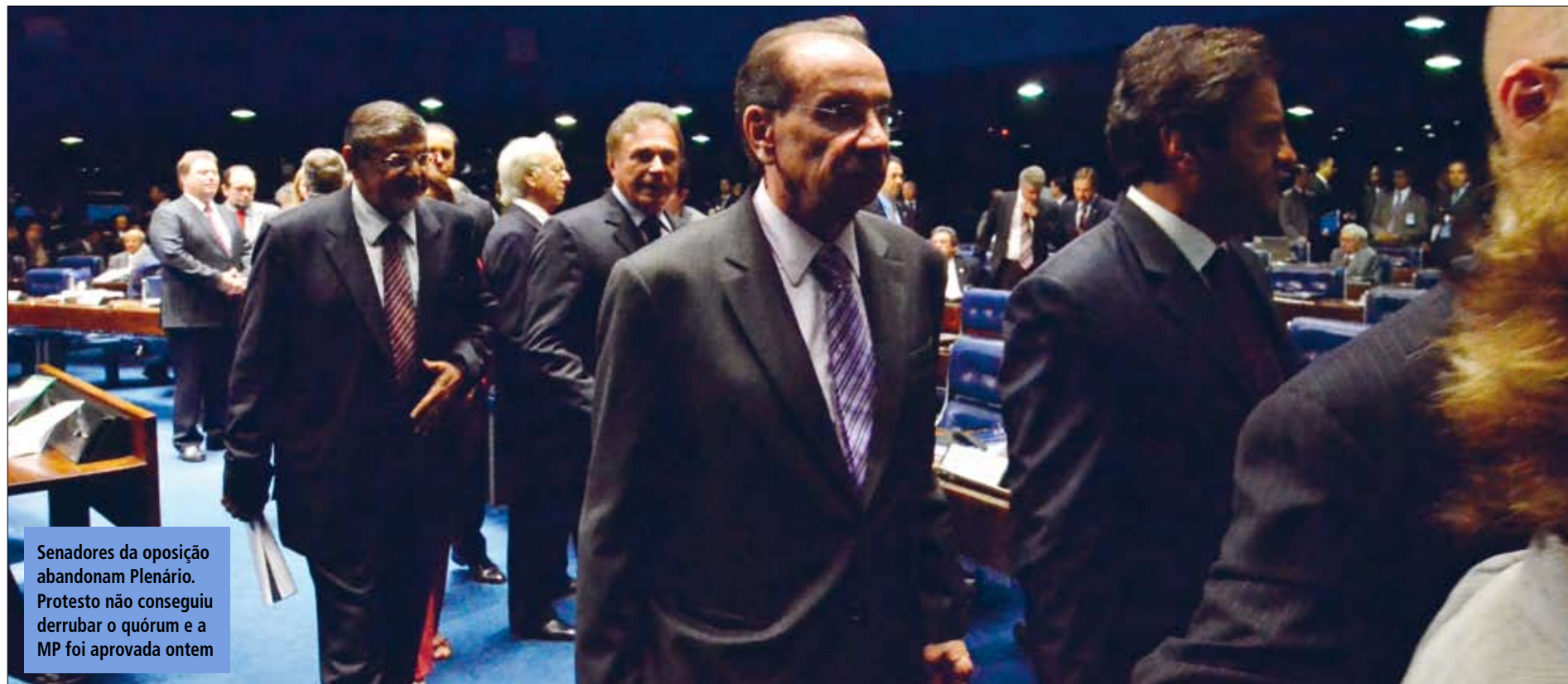




Excessos levam oposição ao STF contra MP de socorro a vítimas

Senadores do PSDB, do DEM e do PPS manifestaram-se contra a inclusão de diversos temas como Fundo Soberano, portos e auxílio ao Haiti na MP 513/10, sobre ajuda a vítimas de desastres naturais, mas não impediram sua aprovação



Waldemir Borreto/Senado Federal

Senadores da oposição abandonam Plenário. Protesto não conseguiu derrubar o quórum e a MP foi aprovada ontem

Com o argumento de que cada lei deve tratar de um único objeto, senadores da oposição vão mover uma ação no STF contra a aprovação do projeto resultan-

te da MP 513/10. A medida, sobre ajuda a estados atingidos por tragédias naturais, foi apelidada de "Árvore de Natal", por tratar de diversos outros assuntos. O relator da

matéria, Renan Calheiros, disse que a MP incluía itens diferentes, "mas todos relacionados a matérias econômicas importantes para a vida do país". 3

Senadores pedem metas mais arrojadas para a educação 4



J. Freitas/Senado Federal

Na CE, Roberto Requião, Carlos Abicalil, Cristovam e Célio da Cunha, da Unesco

A pesca artesanal como política sustentável

A pesca por contrato de parceria poderá ser incluída na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável, segundo projeto aprovado na CCJ. Texto vai à CRA. 6

Ministro cobra apoio do Senado para melhorar gestão do SUS 5



Gerardo Magela/Senado Federal

Ministro Alexandre Padilha, ao lado do presidente da CAS, Jayme Campos (D)

Desenvolvimento ameaçado por infraestrutura ruim e mau planejamento 7

Mercadante: Brasil pode dar salto tecnológico 7



Senador Eduardo Braga (E), ao lado do ministro Mercadante: defesa de mais recursos para pesquisa em tecnologia

J. Freitas/Senado Federal

Proposta de emenda constitucional será único item da pauta da reunião, na quarta-feira. Oposição e governo divergem sobre admissibilidade imediata das medidas



Romero Jucá (E), líder do governo, defende texto original. Substitutivo de Aécio Neves (C) elimina admissibilidade imediata

CCJ adia para quarta decisão sobre novo rito para as MPs

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza reunião na próxima quarta-feira, a partir das 10h, com um único item na pauta: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, do senador José Sarney (PMDB-AP), que altera o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs).

A decisão foi tomada ontem pelo presidente do colegiado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), após o adiamento da votação da matéria pela terceira vez desde a leitura do relatório de Aécio Neves (PSDB-MG), no dia 13 de abril, concluindo pela apresentação de um substitutivo da proposta.

Ontem, José Pimentel (PT-CE) apresentou voto em separado, em que recomenda a aprovação, sem alterações, da PEC original apresentada por Sarney.

– Não abrimos mão de uma questão de princípio. As MPs devem ter eficácia de lei desde a sua edição. A tese de atribuição de eficácia de lei de medida provisória após o crivo de admissibilidade de uma comissão parlamentar procura sua justificativa na combinação de argumentos falaciosos – disse o senador.

O primeiro a pedir adiamento por mais uma semana foi Vital do Rêgo (PMDB-PB).

– Esta PEC é de fundamental importância para o bom andamento do Senado – afirmou o parlamentar, apoiado por Aécio Neves e outros senadores.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a pressa em votar a proposta não se justifica, pois ela “ainda vai ter um longo debate no Senado e não vai ser votada nem nesta e nem na próxima semana”, principalmente se os senadores tiverem, segundo Simon, a “coragem de aceitar as mudanças sugeridas pelo relator e, assim, mudar a realidade do Congresso”.

Para o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), quanto mais debate, melhor. Já na opinião do líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o importante é “discutir em profundidade a matéria, porque o que está em jogo é o prestígio do Senado”.

Governistas querem manter texto original de Sarney

Os senadores da base governista vão defender, na quarta-feira, a aprovação da PEC das medidas provisórias com o texto do projeto original de José Sarney. A informação foi dada ontem pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá.

A principal crítica do governo ao substitutivo de Aécio Neves está relacionada à admissibilidade das MPs. Sarney manteve na PEC a regra atual, pela qual as medidas entram em vigor tão logo são publicadas. Pelo substitutivo, elas só passam a valer após a aprovação de admissibilidade por comissão mista permanente ou pelo Plenário do Congresso. Se não for admitida, a MP

deverá ser transformada em projeto de lei e passa a tramitar em regime de urgência.

Também existem divergências em relação aos prazos de tramitação. No projeto original, a Câmara terá 55 dias para apreciar a MP, que tranca a pauta após 45 dias. Após 55 dias, segue para análise do Senado, que terá outros 55 dias para votá-la, com o mesmo prazo de trancamento. Se o Senado aprovar emendas, a medida retorna à Câmara, que terá dez dias para nova análise.

Já o substitutivo prevê 60 dias para a Câmara (45 para trancar a pauta) e 50 dias para o Senado (35 dias para o trancamento).

Paim elogia STF por decisão sobre Estatuto do Idoso

Paulo Paim (PT-RS) elogiou recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhece que o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) deve ser respeitado pelos planos de saúde mesmo que os contratos sejam anteriores à entrada em vigor do estatuto, em outubro de 2003. Segundo Paim, o STF reconhece que os contratos anteriores devem seguir o estatuto, que proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde de cobrança de valores diferenciados.

O senador também pediu mais atenção das autoridades brasileiras para a questão dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas. Segundo Paim, bancos e financeiras lançam mão de estratégias de *marketing* e contratos mal redigidos para confundir o idoso.

CCJ sabatina três candidatos ao STJ na terça-feira

Três indicados para cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) serão sabatinados na terça-feira pela CCJ. Depois, haverá votação secreta das indicações. Ontem, foram lidos os relatórios sobre as indicações da Presidência de Ricardo Villas Bôas Cueva, Antonio Carlos Ferreira e Sebastião Alves dos Reis Júnior para os cargos de ministros do STJ.

A indicação do advogado Ricardo Cueva, de 48 anos, foi relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Antonio Ferreira, de 54 anos, formado em Direito e mestrando em Direito e Políticas Públicas, recebeu parecer favorável do senador Ciro Nogueira (PP-PI). A indicação de Sebastião Alves, de 46 anos, ficou a cargo do senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Demóstenes vai negociar redução de subcomissões

O presidente José Sarney vai encarregar o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) de negociar com líderes partidários e presidentes de comissões e subcomissões a redução do número de colegiados em funcionamento na Casa.

Segundo Sarney, a existência de mais de 30 subcomissões vinculadas às 11 comissões permanentes do Senado prejudica o trabalho legislativo da instituição.

– Ontem, por exemplo, um senador disse que está participando de 17 órgãos ao mesmo tempo, o que torna impossível

que ele possa atender a todas as demandas.

Em entrevista à Agência Senado, Demóstenes Torres afirmou que aceitará a missão se for convidado.

– Há um excesso de subcomissões e comissões. Assim não dá para trabalhar – assinalou.

Também com o objetivo de reduzir o número de colegiados na Casa, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou projeto de resolução (PRS 16/11) que reduz de quatro para duas as subcomissões possíveis – permanentes ou temporárias – em cada comissão temática.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário 185 anos do Senado

14h Sessão especial comemora os 185 anos do Senado. O PLV 10/11 (MP 514/10), que detalha o programa Minha Casa, Minha Vida, tranca a pauta.

Presidência Workshop e homenagens

9h José Sarney participa do 1º Workshop Internacional PMDB – o poder da nossa marca; às 12h30, almoço em homenagem ao presidente da Alemanha, Christian Wulff; às 14h, sessão pelos 185 anos do Senado; às 16h, ordem do dia; às 17h30, recebe o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Fernando Grela Vieira, e a procuradora-geral de Justiça do Maranhão, Maria de Fátima Cordeiro.

CRA Indicadores de produtividade

8h30 Projeto que trata da fixação e do ajuste dos índices e dos indicadores de produtividade está entre os itens da pauta da comissão.

CI Indicação para Antaq

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura sabatina Pedro Brito do Nascimento, indicado para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Analisa ainda requerimentos sobre audiências públicas.

CDH Usina de Belo Monte

9h Audiência sobre a população atingida pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o deputado estadual Edmilson Rodrigues, o procurador-geral de Justiça do Pará, Antônio Almeida, e o professor Celio Bermann.

RIO+20 Instalação e eleição de presidente

9h Instalação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, além da eleição do presidente e do vice-presidente.

CRE Embaixadores

10h Comissão analisa indicações para embaixadores em Gana, Geórgia e, cumulativamente, Cazaquistão, Quirguistão e Turcomenistão, além de proposta de debate com o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra.

CMO Debate com presidente do BC

10h A comissão ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre metas da política monetária referente ao segundo semestre de 2010.

Deficiência Aposentadoria especial

11h30 Audiência pública sobre aposentadoria especial, benefício da prestação continuada e pensão por morte com representantes dos ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CCT Concessões de rádio e TV

15h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática se reúne para examinar e votar o relatório final sobre os novos procedimentos para as concessões de rádio e televisão.

Workshop Razões do endividamento

16h30 Razões do endividamento é tema de debate no *workshop* Consumo Consciente – como administrar suas finanças. O evento faz parte do ciclo de atividades de qualidade de vida da Secretaria de Recursos Humanos.

SESSÕES ON-LINE: Confira a integra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Plenário aprova medida que trata de vários temas diferentes, do Fundo Soberano ao socorro ao Haiti. Legislação diz que cada lei deve tratar de "um único objeto"

Oposição vai ao Supremo contra "MP Árvore de Natal"

EM PROTESTO CONTRA o que chamaram de "Medida Árvore de Natal", por estar cheia de "penduricalhos", senadores de oposição deixaram o Plenário antes do final da votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/10, proveniente da Medida Provisória 513/10. O texto tratou da ajuda a estados atingidos por desastres naturais, mas provocou polêmica ontem por incluir diversos outros assuntos.

Como a manifestação não derrubou o quórum e a MP foi aprovada, o PSDB, o DEM e o PPS avisaram que vão entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a medida no Supremo Tribunal Federal (STF).

A oposição argumenta que a medida provisória fere, entre outras normas, a Lei Complementar 95/98, que regulamenta e organiza o processo legislativo. Em seu artigo 7º, a LC 95/98 determina que cada lei tratará de um único objeto e não "conterá matéria estranha ou não vinculada a ele por afinidade, pertinência ou conexão".

– A simples leitura de sua ementa já nos dá ideia da absoluta desconexão das matérias desta medida provisória: capitalização do Fundo Soberano do Brasil (FBS), do Banco do Nordeste, emissão de títulos públicos, seguros habitacionais. Depois rodovias. Depois portos. Em seguida, auxílio ao Haiti. Esta medida desobedece de forma escancarada a lei – criticou Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Relator da matéria e líder do PMDB, Renan Calheiros (AL) reconheceu que a medida tratava de vários itens diferentes, mas todos relacionados a matérias econômicas importantes para

a vida do país, inclusive a ajuda ao Haiti. A defesa do texto do governo foi reforçada por senadores da base aliada e mesmo do PSOL.

– Entre os vários contrabandos existentes na MP, em muitos aspectos a medida traz ações positivas. O PSOL, por exemplo, é a favor da ajuda ao Haiti, não podemos votar contra esta matéria humanitária – ponderou Randolfe Rodrigues (AP).

Para Demóstenes Torres (DEM-GO), que, indignado, chegou a rasgar o texto da MP em Plenário, o Senado estaria vivendo um período de "ditadura branca". Daí a necessidade de a oposição adotar uma ação simbólica.

– O que acontece é que tudo

que o Executivo quer, passa. Mas essa é demais. Todo mundo sabe que lei só trata de um tema. Essa MP chega a tratar de Fundo Soberano e acudir o Haiti. É claro que o Supremo vai nos acudir, vamos tomar todas as medidas, mas nós mesmos temos que nos indignar – disse Demóstenes.

Na avaliação do líder do PPS, senador Itamar Franco (MG), o presidente do Senado, José Sarney, deveria ter devolvido a MP 513/10, evitando assim a briga pela proposta no Supremo. O senador afirmou estar "muito alegre" por ter certeza de que, a partir de hoje, teve início a "reorganização democrática na defesa do Senado e do Congresso Nacional".



Irritado, o senador Demóstenes Torres rasgou texto da MP e o jogou no chão

Asituação de bens da União cedidos a empresas privadas por força de contratos de privatização no setor de telecomunicações será analisada em audiência pública conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O requerimento de Pedro Taques (PDT-MT) foi aprovado ontem na CCJ.

Segundo explicou o senador, a CMA já havia aprovado a realização de audiência sobre o assunto. A adesão da CCJ foi justificada pelo fato de tramitar, nesta comissão, projeto de lei (PLS 53/10) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que trata dos contratos públicos oriundos dos serviços de telecomunicações.

ACCJ aprovou ontem a criação de varas e cargos na Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, no Piauí e na Paraíba. A medida já conta com previsão de verbas orçamentárias para ser viabilizada e tem justificativa na ampliação do volume de trabalho nessa área. Os três projetos de lei da Câmara (PLCs 6, 21 e 23, de 2011) que tratam do assunto vão ser votados, agora, pelo Plenário.

O PLC 6/11, relatado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), cria mais 12 cargos de juiz no TRT da 4ª Região (RS). Já o PLC 21/11, do TRT da 13ª Região (PB), foi analisado por Vital do Rêgo (PMDB-PB). Por fim, o PLC 23/11, vinculado ao TRT da 22ª Região (PI), teve como relator Ciro Nogueira (PP-PI).

Subcomissão da Mulher define prioridades

A participação das mulheres na política e a defesa da Lei Maria da Penha estão entre os temas a serem abordados pela Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, instalada no mês passado, segundo a presidente Ângela Portela (PT-RR). Na reforma política, a senadora defende a lista fechada com metade das vagas reservadas a cada sexo para as eleições parlamentares.

– Só dessa forma poderemos contribuir para o aumento da participação das mulheres na política – argumentou.



Ângela Portela: lista fechada com 50% das vagas ampliará participação

A presença feminina na política será debatida em audiência pública proposta pela senadora

Ana Rita (PT-ES), em data a ser definida, para a qual serão convidados representantes da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, do Instituto Patrícia Galvão e da Fundação Perseu Abramo.

Ângela Portela disse que "será uma grande vitória" se a subcomissão estimular, nos estados e nos municípios, o avanço na implementação da Lei Maria da Penha (11.340/06), que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

O líder do Governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem o lançamento, pelo Executivo, do programa Brasil sem Miséria que, segundo ele, irá contemplar 8,6% da população, atingindo 16,2 milhões de brasileiros.

– É um programa de coragem, um desafio para todos os brasileiros, que será lançado dentro de alguns dias. Ele irá contemplar 8,6% da população brasileira, terá ampla magnitude e irá se espalhar por todo o território nacional – disse.

João Pedro (PT-AM) informou ontem que, de acordo com pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a desigualdade na distribuição de renda no Brasil é a menor em 50 anos. O estudo, do economista Marcelo Neri, baseia-se no coeficiente de Gini, neste caso aplicado a levantamentos iniciados no ano de 1960. O parlamentar informou também que, entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, houve uma redução da pobreza de 16,3%, duas vezes mais que a redução aferida entre 2002 e 2008, de 8,2%.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a diminuição da pobreza no Brasil, que caiu 50% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010.

– Muita coisa tem que mudar e ser superada, mas estamos alcançando aos poucos os objetivos perseguidos – afirmou. Vanessa Grazziotin disse que números estudados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) coincidem ao apontar a diminuição das desigualdades sociais e regionais.

O candidato brasileiro para a direção da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), José Graziano, visitou ontem o presidente José Sarney, para solicitar o apoio do Congresso à candidatura. Segundo Graziano, se for eleito, sua prioridade será o combate à fome no mundo.

– O número de famintos cresce na maior parte das regiões, exceto em países como o Brasil que tiveram programas para a erradicação da fome e, agora, um programa para a erradicação da miséria – afirmou Graziano.

Ângela anuncia plano do governo para reservas

A senadora Ângela Portela (PT-RR) anunciou ontem o lançamento do Programa Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas, feito com a participação de representantes indígenas, da Funai, do Ibama e do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade, além da colaboração dos ministérios da Justiça e da Defesa.

Está prevista também a transformação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) em um conselho com maior poder decisório. Segundo a senadora, isso permitirá que os índios definam, junto com representantes do governo, a política indigenista oficial.

– É uma iniciativa da maior relevância, principalmente quando sabemos do resultado da maioria dos programas oficiais voltados para essas comunidades.

Povos indígenas pedem apoio para aprovar estatuto

Representantes de comunidades indígenas visitaram o Senado ontem para pedir apoio à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas. Na companhia do senador Paulo Paim (PT-RS), uma comissão foi recebida pela vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP). Cerca de mil indígenas estão acampados na Esplanada dos Ministérios, na intenção de levar às autoridades uma pauta de reivindicações.

Os índios querem formar uma comissão para apresentar propostas ao texto final do estatuto (PL 2.057/91, na Câmara dos Deputados).

Os senadores também ouviram denúncias de maus-tratos por parte de autoridades e pedidos de demarcação de terras e de implantação de políticas públicas.



Vice-presidente Marta recebeu comissão de indígenas, levados pelo senador Paim

Em debate sobre novo Plano Nacional de Educação, membros da CE e debatedores destacam necessidade de mais ações, e não apenas intenções, para que o país conquiste excelência no ensino público em todos os níveis

Senadores cobram mais ousadia do governo nas metas para a educação

A EDUCAÇÃO PRECISA de soluções mais arrojadas que aquelas previstas nas diretrizes e metas estabelecidas pelo governo para os próximos dez anos. O ponto de vista foi compartilhado por senadores na abertura do ciclo de debates sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE) realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

– Lamentavelmente, temos um plano

de intenções e não de ações concretas – opinou Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-ministro da Educação no governo Lula.

O próximo PNE (2011-2020) começou a tramitar na Câmara dos Deputados em dezembro passado, mas logo veio o recesso de fim de ano. Como a discussão só está começando efetivamente agora, há o receio de que a matéria demore a chegar ao Senado e que a Casa seja forçada a

votar o texto às pressas, sem tempo para exame mais aprofundado.

– Precisamos ter cuidado porque, como sempre, poderá haver pressão sobre o Senado, que certamente terá interesse em contribuir com o projeto, e isso pode ser entendido como quem está atrapalhando – observou o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), ex-secretário estadual de Educação.

A proposta do governo prevê a universalização do ensino fundamental até 2016, a duplicação das matrículas no ensino profissional técnico de nível médio e a ampliação das vagas no ensino superior público e no acesso à educação infantil. Além disso, acena com melhorias nos indicadores de desempenho educacional e nas condições de trabalho, salários e carreira dos profissionais de educação.

A senadora Marinor Brito (PSOL-PA), professora da rede pública de ensino no Pará, fez um balanço negativo da execução do atual PNE. Segundo ela, apenas um terço das metas foi cumprido em dez anos. No atendimento em creche, por exemplo, apenas 18,4% das crianças de zero a três anos estavam matriculadas em 2009. O país tinha 85,2% de seus jovens na escola, mas apenas 50,9% no ensino médio. Além disso, 9,7% da população acima de 15 anos ainda era analfabeta.



Entre os senadores Roberto Requião e Cristovam Buarque, o representante do MEC, Carlos Abicalil

Piso e estímulo à carreira de professor são destacados

Algumas diretrizes do PNE tiveram sua importância reconhecida pelos debatedores, como as que apontam para a valorização dos profissionais da educação, numa perspectiva que envolve piso salarial nacional, progressão na carreira e formação inicial e continuada. Para o professor Célio da Cunha, o piso salarial da categoria deve ser fixado em padrões correspondentes à importância social da classe.

– Nenhum país avança se não garantir aos professores o reconhecimento de uma profissão dignificada – afirmou Cunha.

Outro ponto abordado foi a busca de mecanismos de responsabilização para comprometer os gestores com o cumprimento das metas. De acordo com o senador Cristovam Buarque, mecanismos desse tipo estão ausentes, numa falha em

que o novo plano “repete o velho PNE”.

O secretário de Educação Especial do Ministério da Educação, Carlos Abicalil, defendeu o PNE. Para ele, o plano é capaz de colocar a educação em status muito superior. Dessa vez, observou, trata-se de um plano para um “sistema nacional de educação”, enquanto os anteriores estabeleciam diretrizes em separado para União, estados e municípios.

Houve ainda considerações de que seria preciso aumentar os recursos para a educação. O plano indica uma elevação dos investimentos, dos atuais 5% do produto interno bruto (PIB) para 7%. A secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli, defendeu 10% do PIB já em 2014 e ainda 50% dos recursos do Fundo Social

do pré-sal somente para a educação. No entender de Cristovam, dinheiro, apenas, não resolve os problemas do ensino. Ele cobrou aprimoramentos de gestão. Célio da Cunha chegou a sugerir a criação de um conselho nacional de gestão, com representantes dos três níveis de governo.

Marta Vanelli admitiu que a proposta conta com o respaldo de ampla base social representada na mais recente Conferência Nacional de Educação (Conae). No entanto, ela avaliou que o projeto merece ampla discussão no Congresso, para refletir mais apropriadamente as deliberações do encontro. A CNTE defende a institucionalização de mecanismos de gestão democrática do ensino e de controle social para assegurar o cumprimento das metas.

CPI vai mapear realidade do tráfico de pessoas no Brasil

A CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil aprovou ontem o seu plano de trabalho e vários requerimentos convidando autoridades no assunto para audiências públicas.

Também foi aprovado requerimento à Polícia Federal solicitando que o órgão forneça à comissão pessoal capacitado para o assessoramento das atividades do colegiado. Presidida pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a CPI tem como vice-presidente Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e como relatora Marinor Brito (PSOL-PA).

De acordo com Marinor, as primeiras semanas de trabalho servirão para que o colegiado elabore um grande mapeamento da realidade do tráfico de pessoas no Brasil. Ela disse que a CPI vai priorizar os temas da exploração sexual e turismo sexual de crianças, mulheres e adolescentes.

A primeira audiência pública da CPI foi agendada para a próxima terça-feira, às 14h, e terá a participação do coordenador de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, Ricardo Rodrigues Lins, e da coordenadora do



Presidida por Vanessa Grazziotin (C), CPI tem como vice Randolfe Rodrigues e relatora Marinor Brito

Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo, Anália Belisa Ribeiro.

Estarão presentes, ainda, a supervisora do Escritório de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Seres Humanos e Assistência à Vítima da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará, Andréia da Silva Costa; a coordenadora do Núcleo

de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos da Bahia, Marcia Leite Prudente; e a representante da organização não governamental Só Direitos, Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith.

A comissão também já definiu a relação de convidados para as próximas audiências públicas.



Com a extinção da CPMF, saúde deixou de contar com R\$ 40 bilhões, diz o senador

Humberto Costa diz que saúde precisa de melhor financiamento

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que o principal problema da gestão de saúde no Brasil é a questão do financiamento.

– Precisamos encontrar caminhos para o financiamento da saúde pública – afirmou.

O senador declarou que um dos passos para um financiamento mais justo da saúde é a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, cujo texto busca assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde. Segundo o parlamentar, a Câmara dos Deputados já está acertando um acordo para a aprovação do texto da regulamentação.

– Quando a matéria chegar ao Senado, precisamos agilizar sua aprovação – declarou.

Humberto ainda disse que é preciso definir de onde virão os recursos para a saúde e lembrou que, com a extinção da CPMF, a pasta deixou de contar com R\$ 40 bilhões. Segundo o senador, o debate sobre mais recursos deve vir junto com o debate da qualidade da gestão e da responsabilidade sanitária.



Segundo Geovani, são feitas no país cinco vezes mais cesarianas do que recomenda a OMS

Geovani Borges ressalta marcha em Brasília pela humanização de partos

Geovani Borges (PMDB-AP) destacou que será realizada hoje, em Brasília, a Marcha das Parteias Tradicionais na Luta pela Humanização do Parto, saindo das imediações do Ministério da Saúde em direção à Praça dos Três Poderes. O evento é em comemoração ao Dia Internacional da Parteira.

O senador comunicou ainda a realização, ontem, em Durban, África do Sul, da 29ª edição do movimento mundial pela profissionalização das parteiras tradicionais e humanização do parto.

– As parteiras tradicionais e diplomadas, e as mães que viveram a experiência do parto com parteiras, [estão] todas na luta pela humanização do parto – disse, lembrando que no Amapá, em meio à dificuldade de acesso à saúde, são as parteiras que garantem os cuidados necessários às mães e aos bebês.

Geovani lembrou que muitas vezes ocorre a morte em partos, razão pela qual é importante valorizar o papel desempenhado pelas parteiras. Ele informou que no Brasil são realizados cinco vezes mais partos por cesariana do que recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em debate sobre desvio de verbas na saúde, Alexandre Padilha pede apoio do Congresso, por meio da aprovação de projetos para consolidar sistema

Ministro quer ampliar controle de recursos do SUS

O MINISTRO DA Saúde, Alexandre Padilha, pediu ontem apoio do Congresso para a aprovação de propostas que ampliem os mecanismos de controle do uso de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ele, que participou de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o país enfrenta o desafio de consolidar o sistema, condição para superar as dificuldades enfrentadas.

– Não podemos dourar a pílu. Estamos conscientes que 41% da população consideram a saúde o principal problema do país. A melhoria de gestão e de controle

de recursos seria a principal forma de ampliar os investimentos na área – reconheceu.

Entre as propostas que tramitam no Congresso, ele citou projeto do senador Humberto Costa (PT-PE) que estabelece a Lei de Responsabilidade Sanitária. A proposta (PLS 174/01) torna prefeitos, governadores e o governo federal gestores solidários do Sistema Único de Saúde; prevê a definição de metas e a adoção de mecanismos para assegurar o cumprimento desses objetivos; e prevê punições administrativas e criminais para os casos de gestão

fraudulenta. Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que é fundamental definir e separar as missões da União, dos estados e dos municípios, o que permitiria à população cobrar a responsabilidade de cada um e acabaria com o “empurra-empurra” entre os gestores públicos.

Ao detalhar as medidas de controle já adotadas pelo ministério, Padilha citou a melhoria do cadastramento de usuários e a adoção do cartão unificado do SUS, regulamentado por portaria assinada na segunda-feira. O cartão visa formar uma

base nacional de dados, com um número único por paciente válido em todo o território brasileiro.

– Vamos começar a implantar o cartão pelos municípios que já dispõem de cadastro de usuários, e até 2014 ele deve estar implantado em todo o país – disse.

O ministro também destacou a criação, em abril, do Portal de Transparência do Ministério da Saúde, que permitirá, por exemplo, acompanhar o uso dos recursos repassados aos municípios para compra de equipamentos.

– O país tem hoje, no sistema

público, duas vezes e meia mais mamógrafos do que o necessário para atender às mulheres, mas muitos não estão funcionando ou funcionam abaixo da capacidade – informou.

Para Paulo Davim (PV-RN), o desvio de recursos públicos deveria ser classificado como crime hediondo. O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), e os senadores Paulo Paim (PT-RS), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Waldemir Moka (PMDB-MS) defenderam a adoção de medidas mais rígidas para o combate da corrupção na saúde.



A CAS ouve o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (D), sobre diretrizes e programas prioritários da pasta para os próximos quatro anos e também sobre denúncias de desvios de recursos do SUS

Gerardo Maggelo/Senado Federal

Senadores querem estimular médicos a irem para interior

A concentração de médicos nos grandes centros urbanos, com consequente falta desses profissionais no interior do país, foi apontada por diversos senadores como uma das causas das deficiências de atendimento na rede pública de saúde.

Ontem, durante o debate na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro Alexandre Padilha disse que sua pasta está trabalhando em conjunto com o Ministério da Educação para incentivar o aumento da oferta de vagas nas faculdades de Medicina nas regiões onde há maior necessidade de médicos. Também destacou a ampliação do programa Pró-Residência, que visa oferecer bolsas de estudo para residência médica em especialidades e regiões prioritárias, definidas pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

– Em geral, o médico fica onde faz residência e especialização. Com o programa, vamos ampliar a oferta em especialidades mais necessárias e nas

regiões mais carentes de profissionais – disse, citando a pediatria como uma das áreas onde há falta de médicos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou a iniciativa e relatou dificuldades de seu estado em manter médicos nos postos de saúde e hospitais. Por sua vez, mostrando que a interiorização é uma demanda nacional, Casildo Maldaner (PMDB-SC) contou que, em Santa Catarina, a maioria dos médicos quer ficar em Florianópolis.

Já Paulo Davim (PV-RN) disse que as atividades realizadas pelos profissionais de saúde deveriam ser incluídas como carreiras de Estado.

O ministro ainda falou sobre os objetivos de expandir e aprimorar a rede de urgência e emergência, de promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha de atendimento nos períodos de pré-natal e amamentação para atender, até 2014, 100% das gestantes.

Padilha propõe definição de novas fontes de verbas para a saúde

A melhoria dos serviços de saúde depende da definição de novas fontes de recursos na área, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na CAS. Ele defendeu a aprovação pelo Congresso da regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, que fixa percentuais mínimos a serem investidos anualmente em saúde pela União, Distrito Federal, estados e municípios.

Na avaliação do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que requereu o debate, a adoção de um mínimo a ser aplicado na saúde é importante para prevenir desvios por parte de maus gestores. No entanto, segundo ele, apenas a aprovação da emenda não vai suprir as necessidades da área. Para permitir maior responsabilização e impedir a corrupção, sugeriu o senador, a legislação deve definir de forma mais clara a missão e a função do Sistema Único de Saúde (SUS).

O senador Paulo Davim (PV-RN) observou que o Brasil investe menos em saúde que seus vizinhos da América do Sul. O país, informou, aplica cerca de 4% do produto interno bruto (PIB), enquanto grande parte dos países latino-americanos investe quase 10% do PIB na área.

Ao mencionar a corrupção e a impunidade como causas de perda de recursos da saúde, Davim sugeriu que a legislação seja alterada para tornar mais rigorosa a punição de desvios no setor. O senador classificou tais crimes como hediondos.

– Sem recursos, não dá pra fazer frente a 23% de hipertensos, 30% de doentes cardiovasculares – disse Davim, acrescentando que o tratamento de vítimas de acidentes de trânsito consome mais de R\$ 200 milhões e os problemas decorrentes do tabagismo exigem mais R\$ 300 milhões.

Para o senador Waldemir Moka (PMDB-MS), o Ministério da Saúde depende do aporte de mais recursos para resolver a crise da saúde no Brasil. Ele lembrou que a área perdeu uma fonte importante com a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O presidente da CAS, s Jayme Campos (DEM-MT), defendeu que esse aporte de recursos não deve vir de um novo imposto, mas da aprovação da Emenda 29/00. Em sua opinião, a sociedade brasileira já está sobrecarregada de impostos e não pode arcar com mais um.

“Mudança de hábitos é necessária”

Para diminuir a demanda por serviços de saúde e, assim, dar mais qualidade ao atendimento pelo SUS, Alexandre Padilha defendeu medidas de prevenção, como modificar hábitos e modelos de convivência que gerem problemas à saúde, como excesso de peso e hipertensão.

Segundo Ricardo Ferraço (PMDB-ES) 37 mil brasileiros morreram em 2010 em consequência de acidentes de trânsito, muitos causados por motoristas alcoolizados. O mau comportamento no trânsito decorre da “certeza da impunidade”, disse. Ao defender a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o país pode adquirir a excelência na saúde por meio de pactos e convênios celebrados com transparência e eficiência.

Com o objetivo de preservar direitos do pescador profissional, projeto aprovado pela CCJ também inclui regras sobre pesca industrial. Matéria será enviada à Comissão de Agricultura, para decisão terminativa

Comissão aprova contrato de parceria na pesca artesanal

A PESCA POR contrato de parceria poderá ser incluída na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria será enviada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para decisão terminativa.

O projeto (PLS 423/09) estabelece que, mediante esse contrato, o pescador se associa ao dono do barco por cotas-partes, sem vínculo trabalhista. De autoria do senador licenciado Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a iniciativa inclui também a pesca industrial, definindo regras sobre relação de trabalho, "no sentido de preservar os direitos do pescador profissional".

Como explicou o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), veto da Presidência da República havia excluído as duas modalidades de pesca quando da sanção da lei estabelecendo a política do setor, sob a justificativa de ausência de definição de contratação comercial e insuficiente caracterização de contrato de parceria.

Ainda conforme o relator, o veto gerou "incômodas lacunas no ordenamento jurídico", situação que exigiu os ajustes propostos por Garibaldi. Flexa Ribeiro lembrou também que a prática de contrato de parceria na pesca artesanal está presente em todo o litoral, envolvendo um grande número de pescadores.

Durante a discussão, José Pimentel (PT-CE) afirmou que a proposta fortalece ato conjunto dos ministérios da Pesca, do Trabalho e da Previdência Social que resultou na criação do Cadastro Nacional de Pescadores do Brasil. Esse registro inclui mais de 900 mil pescadores, com situação regularizada para recebimento de seguro-desemprego e benefícios previdenciários.



José Pimentel (D), ao lado de Eunício Oliveira, diz que medida fortalece Cadastro Nacional de Pescadores

Davim defende adiamento da votação do Código Florestal, para mais debates

É necessário aprofundar as discussões sobre o projeto de novo Código Florestal antes de sua votação no Plenário da Câmara, disse Paulo Davim (PV-RN). Segundo o senador, é essencial haver debates sobre o PL 1.876/99 para que a lei a ser criada seja "eficaz e duradoura" e não provoque questionamentos na Justiça.

Davim avalia que não há razão para grandes alterações no Código Florestal, "tido como um dos mais avançados no tocante à proteção ambiental". Em sua opinião, as modificações propostas no relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) "são um retrocesso e vão ex-



Paulo Davim

por a danos o patrimônio ecológico-ambiental brasileiro". Para o senador, a aprovação das modificações pode levar a uma perda de biodiversidade.

– Espécies da fauna e da flora são importantes para o desenvolvimento de medicamentos e vacinas. Se temos as mazelas, a própria natureza oferece o antídoto e, no futuro, precisaremos lançar mão desse arsenal desconhecido que há nos nossos biomas – previu.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que, se as modificações propostas por Rebelo forem aprovadas apressadamente na Câmara, não ocorrerá o mesmo no Senado.

Para Eunício Oliveira, atual modelo federativo sacrifica os municípios

A 14ª Marcha dos Prefeitos, que ocorrerá na próxima semana, em Brasília, deve reunir cerca de 4 mil participantes e pretende estabelecer nova relação do movimento municipalista com o governo federal, disse Eunício Oliveira (PMDB-CE).

– O atual modelo federativo sacrifica demasiadamente os municípios, com a constante transferência de atribuições, sem o respectivo repasse de recursos para custeá-las.

No evento, informou, serão discutidos temas como a divisão dos royalties do petróleo e a regulamentação da Emenda 29, que garante investimentos mínimos em saúde. O senador também manifestou preocupação com municípios do Ceará em relação ao prazo de validade dos restos a pagar; com mudanças recentes no Fundeb que reduziram a jornada dos professores, exigindo novas contratações; e com portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que transfere aos municípios custos extras com iluminação pública.

Valadares propõe coincidência de datas para eleições e mandatos



Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem a intenção de apresentar proposta de emenda constitucional (PEC) para fixar a coincidência de mandatos eleitorais.

– É uma proposta realista e está de acordo com a tradição política do Brasil.

Pelo projeto, as eleições para vereador e prefeito ocorreriam na mesma data dos pleitos para deputado, senador, governador e presidente da República. Para permitir a coincidência, os prefeitos e vereadores eleitos em 2016 teriam mandatos de dois anos. Em 2018, ocorreriam as eleições gerais, de vereador a presidente.

– A medida vai permitir economia de recursos – disse o senador.



Moreira Matiz/Senado Federal

Prevenção de tragédias é o foco principal de Viana, presidente, e Maldaner, relator

Jorge Viana preside comissão temporária da Defesa Civil

O senador Jorge Viana (PT-AC) foi eleito ontem presidente da comissão temporária que vai analisar propostas de alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil. O objetivo é sugerir modificações para acelerar e aperfeiçoar o trabalho da Defesa Civil, com foco principal na prevenção de tragédias, e não apenas no atendimento às vítimas. Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) foram escolhidos, respectivamente, vice-presidente e relator. O grupo terá 90 dias para apresentar sugestões.

– Temos quer ser objetivos e dar uma contribuição efetiva para que se salvem vidas, possamos ter um sistema responsável de monitoramento e prevenção e, ao mesmo tempo, um eficiente sistema de socorro às vítimas dos problemas que o nosso país, de tamanhos continentais, vive. Com profissionalismo e um sistema responsável, é possível, sim, evitar muitas mortes – disse Jorge Viana.

Maldaner promete sugerir regramento "atual e moderno"

Após ser escolhido relator da comissão temporária, o senador Casildo Maldaner destacou, em Plenário, a importância da adoção de uma política séria e efetiva de prevenção para casos de desastres naturais.

Segundo o senador, a Defesa Civil precisa de um regramento atual e moderno, capaz de torná-la eficiente e descentralizada. Ele assumiu o compromisso de trabalhar para, em 90 dias, elaborar um relatório com sugestões para viabilizar essa modernização e catalogar todas as proposições a respeito do tema em tramitação no Congresso Nacional.

O parlamentar citou seu projeto (PLS 388/08) que destina percentual dos seguros contratados anualmente – por meio da criação de uma contribuição social – a um fundo destinado à Defesa Civil.

– Temos que encontrar uma maneira de estar prevenidos, pelo menos em parte – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Paulo Paim • João Pedro • Acir Gurgacz • Eduardo Amorim • Jayme Campos • Ana Amélia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Fotos de J. Freire/Senado Federal



Mercadante (E, com Eduardo Braga): Brasil não deve se acomodar à posição de exportador de commodities

Mercadante: pré-sal pode viabilizar salto tecnológico

Ministro da Ciência e Tecnologia acredita que recursos da exploração do petróleo nas novas reservas podem dar a competitividade necessária ao país no campo científico

O BRASIL NÃO deve se acomodar à condição de grande exportador de *commodities*, disse ontem o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), ele afirmou que o Brasil deveria aproveitar a “janela de oportunidade” da exploração do petróleo do pré-sal – que poderá movimentar US\$ 5 trilhões – e promover um salto de desenvolvimento, com ênfase em pesquisa e inovação.

Aos senadores, Mercadante alertou que a sua pasta poderá perder R\$ 12,2 bilhões, até 2020, caso seja confirmada a distribuição de *royalties* do pré-sal aprovada pela Câmara dos Deputados. Para ele, é evidente que os estados e municípios produtores devem ter tratamento diferente na partilha dos *royalties*, assim como será necessária uma divisão mais generosa dos recursos para todo o país. Alertou, porém, para o “erro histórico” que seria o uso desses recursos desvinculado de um projeto para as próximas décadas.

– Dependendo da decisão do Senado, ficaremos fora da agenda do futuro – advertiu Mercadante.

O maior desafio, para o ministro, é colocar ciência, tecnologia e inovação como “eixos estruturantes do desenvolvimento”. Com a urbanização e o crescimento econômico da Ásia, observou, o Brasil estará “bem posicionado” como grande exportador de *commodities*. Mas o país, a seu ver, deve “avançar em direção à sociedade do conhecimento e transitar para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade”.

Mercadante defendeu a criação de um órgão voltado à in-

dústria nos mesmos moldes da Embrapa. Ele observou que, nas áreas em que o Brasil investiu em inovação, tornou-se competitivo. O ministro citou os exemplos da própria Embrapa, do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA).

Mercadante defendeu ainda a atração de centros de pesquisa de empresas estrangeiras e reiterou a informação de que, em breve, estará funcionando no Brasil uma fábrica de *smartphones* e *tablets*.

Muito atrás dos outros



Fontes: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) e Ministério da Ciência e Tecnologia

Ministro sugere inovações para setor energético

Ao relatar inovações em vários países do mundo, Aloizio Mercadante citou postes de luz que utilizam energia eólica e solar. A experiência, a seu ver, poderia ser reproduzida no Brasil, inclusive com luminárias de *led*, mais eficientes que as atuais. Ele defendeu também a criação de uma rede inteligente de energia, que permitirá, por exemplo, programar o uso da máquina de lavar roupas para o período do dia em que houver menor custo de energia.

O ministro propôs o lançamento de um diálogo com os demais países amazônicos sobre o lançamento de um satélite dedicado exclusivamente ao fornecimento de internet em banda larga para as populações do interior da Amazônia não alcançadas pelas

redes de fibra ótica. Entre os grandes desafios da pasta para os próximos anos, ele mencionou a transformação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) em um banco público de inovação e a criação de novos fundos em setores como o financeiro, construção e mineração.

O presidente da comissão, Eduardo Braga (PMDB-AM), defendeu o lançamento do satélite sobre a Amazônia e a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para “viabilizar a banda larga em regiões emergentes do Brasil”. O vice-presidente da CCT, Gim Argello (PTB-DF), elogiou a preocupação de Mercadante com as gerações futuras.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu

maiores investimentos na pesquisa de novos medicamentos a partir da biodiversidade da Amazônia. Por sua vez, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) demonstrou preocupação com o atraso no programa espacial.

A instalação de postes a energia solar e eólica foi elogiada por Cícero Lucena (PSDB-PB). Walter Pinheiro (PT-BA) sugeriu que a iniciativa seja incluída no programa Luz para Todos. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) relatou a dificuldade em levar fibra ótica à margem esquerda do rio Amazonas e beneficiar com banda larga estados como o Amapá. Por sua vez, Aníbal Diniz (PT-AC) disse que o Acre busca a construção de uma economia de “baixo carbono e alta inclusão social”.

Infraestrutura precária ameaça crescimento, dizem especialistas

A indústria deve enfrentar, em novo ciclo de expansão da economia, um conjunto de restrições logísticas a seu crescimento, com impacto direto sobre sua competitividade, advertiu o secretário executivo do Conselho de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wagner Cardoso, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ontem.

O coordenador-geral de Planejamento da Secretaria de Política Nacional de Transportes, Luiz Carlos Ribeiro, afirmou que a falta de planejamento prejudicava a infraestrutura, e que o problema foi superado com o Plano Nacional de Logística e Transporte. Segundo Ribeiro, o “desbalanceamento da matriz de transporte” é outro problema atacado por esse plano, com base no qual o governo projeta investimentos de R\$ 428 bilhões de 2008

a 2025. Grande parte dessa verba, disse, está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, portanto, já em execução. Mas ele não soube responder a Ana Amélia (PP-RS) quantos dos 12 mil quilômetros de ferrovias planejados em 2008 já foram construídos. O coordenador do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Ricardo Portella, afirmou que o Brasil tem uma das piores infraestruturas de logística, se comparada aos demais países do Bric (Rússia, Índia e China), os Estados Unidos e o Canadá.

Participaram da audiência, presidida por Benedito de Lira (PP-AL), o vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil José Ramos Torres de Melo Filho e o presidente da Associação Brasileira de Logística, Rodrigo Otaviano Vilaça.



Na CDR, Wagner Cardoso, Luiz Carlos, senadora Ana Amélia e Ricardo Portella

Mais competição e investimentos em transportes

A solução dos problemas nos transportes, segundo participantes da audiência na CDR, passa por elevação do aporte de recursos públicos, aumento da eficiência do setor federal, ampliação da participação da iniciativa privada em investimentos e na gestão do setor e maior competição na prestação de serviços.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a ausência do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, convidado para a audiência. A senadora disse ainda que as medidas nas áreas de transportes e logística, em geral, excluem o Amazonas.

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou decisão do Ministério Público Federal pela paralisação das obras da ferrovia Oeste-Leste, e sugeriu “um grande pacto”, incluindo órgãos fiscalizadores, para viabilizar obras capazes de eliminar os gargalos que dificultam o desenvolvimento do país.

Ana Amélia perguntou ao representante da CNI se algum obstáculo ideológico impede as parcerias público-privadas de saírem do papel. Wagner Cardoso respondeu que o ritmo das decisões oficiais não é o mesmo da iniciativa privada, que tem pressa nas soluções.

Pedras no caminho

Em quilometragem de rodovias pavimentadas, o Brasil está na última colocação quando comparado com esses países, com **212 mil km**, ficando atrás de:

- Canadá (516 mil km)
- Rússia (655 mil km)
- Índia (1,565 milhão de km)
- China (1,576 milhão de km)
- EUA (4,210 milhões de km)

O Brasil também fica em último na extensão de ferrovias, com **29 mil km**, perdendo para:

- Canadá (47 mil km)
- Índia (63 mil km)
- China (77 mil km)
- Rússia (87 mil km)
- EUA (227 mil km)

O representante da Fiergs afirmou que o país é também o pior em dutos, com **19 mil km**, ficando atrás de:

- Índia (23 mil km)
- China (58 mil km)
- Canadá (99 mil km)
- Rússia (247 mil km)
- EUA (793 mil km)

Em termos de hidrovias, o Brasil, com **14 mil km**, só fica à frente dos 600 km do Canadá, onde muitos rios ficam congelados. As maiores redes de hidrovias estão na:

- China (110 mil km)
- Rússia (102 mil km)
- EUA (41 mil km)
- Índia (15 mil km)

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs)

Aécio anuncia PEC sobre divisão de impostos



Aécio Neves

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) anunciou ontem que apresentará uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei relacionados à divisão de impostos entre União, estados e municípios.

A PEC estabelece que a União compensará financeiramente os demais entes federados sempre que adotar a concessão de subsídio, isenção, redução de alíquotas e outros benefícios. O projeto de lei pretende recuperar, de maneira gradual, a participação dos estados e municípios no "bolo tributário" nacional.

Setor industrial preocupa Luiz Henrique



Luiz Henrique

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) leu ontem artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em que ele manifesta preocupação com os "fortes indícios de desindustrialização" de vários setores e a queda da competitividade da economia.

No artigo, o senador rejeita a ideia de que os estados e municípios sejam os responsáveis pela queda de competitividade, pois não regulam o câmbio nem "as taxas de juros sufocantes" que desfavorecem as exportações ou são responsáveis pela alta carga fiscal existente.

Mário Couto rejeita reajuste para Paraguai



Mário Couto

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o governo parece não estar se preocupando com o fato de que a inflação "está batendo na porta dos brasileiros". Ele lembrou que o governo enviou projeto de decreto legislativo (PDL 115/11) para ser votado às pressas e, graças à iniciativa do senador Itamar Franco (PPS-MG) – que com uma questão de ordem adiou a votação –, o Brasil "não presenteou" o Paraguai com mais US\$ 6 bilhões em pagamento pela energia gerada em Itaipu.

Comissão também aprova o envio de pedido de informações ao Executivo sobre situação das obras paralisadas ou inacabadas custeadas com recursos da União

CMO discutirá licitações para obras da Copa e Olimpíadas

A POSSÍVEL ADOÇÃO de regras diferentes de licitação para as obras da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 será discutida em audiência pública na Comissão Mista de Orçamentos (CMO), em data a ser definida. Requerimento para realização do debate, de autoria do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), foi aprovado ontem.

A CMO também aprovou o envio de pedido de informações ao Executivo sobre a situação das obras paralisadas ou inacabadas que sejam custeadas, no todo ou em parte, com recursos da União. De autoria do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), o requerimento previa audiência pública com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e outras autoridades.

Por sugestão da senadora Gleise Hoffmann (PT-PR), que será a relatora do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, a proposição foi transformada em pedido de informações. A senadora argumentou que, em vez de ouvir autoridades, seria melhor comparar as informações a serem encaminhadas pelo Executivo com



Vital do Rêgo (D), presidente da CMO: regras diferentes serão debatidas

os dados reunidos no Comitê de Avaliação de Obras com Índícios de Irregularidades, da própria comissão.

Gleise Hoffmann é autora de outro requerimento aprovado pela CMO solicitando audiência conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para tratar da efetivação dos direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do PPA, além das contidas no projeto de Orçamento da União para 2012, que terá como relator o deputa-

do Arlindo Chinaglia (PT-SP).

A CMO aprovou ainda pedido de informações à ministra Miriam Belchior sobre convênios e contratos de repasse anulados em razão do bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados até o dia 30.

O cancelamento dos compromissos do governo relativos aos exercícios de 2007 a 2009 estava previsto no Decreto 7.418/10. Um novo decreto (7.468/11) prorrogou a validade de parte dos restos a pagar, desde que atendam a determinadas condições.

Sarney articula liberação de emendas pela Caixa

Em reunião ontem, o presidente do Senado, José Sarney, e o da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, acertaram trabalhar em conjunto para agilizar a liberação de recursos de convênios firmados pela União com

estados e municípios, constantes no Orçamento federal, de forma a desburocratizar o repasse dos chamados restos a pagar do governo. Essa rubrica permite que despesas de um ano possam ser pagas na execução orçamentá-

ria de anos posteriores.

A maior parte das despesas pendentes no Orçamento trata de convênios cujos processos estão parados na Caixa e que são provenientes de emendas parlamentares. Segundo Sarney, a ideia é flexibilizar a legislação para permitir de forma mais rápida a liberação das emendas do Orçamento.

– Ele [Jorge Hereda] demonstrou que está muito interessado em apressar as emendas que estão dependendo do pagamento na Caixa – disse Sarney.

Segundo o parlamentar, o trabalho conjunto terá como um de seus objetivos identificar que legislação está impedindo a agilização do processo.



Sarney recebeu o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda (E)

Mozarildo denuncia irregularidade em obras e compras em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou o governador do estado, José de Anchieta Júnior, de apressar obras para obter dinheiro para a campanha eleitoral. A denúncia se refere a



Mozarildo questiona o curto intervalo para pagamento a empresa contratada

serviços de engenharia e fornecimento de equipamentos para distribuição de energia em Boa Vista a Rorainópolis.

Segundo Mozarildo, a Companhia Energética de Roraima (CER) obteve empréstimo no valor de R\$ 99 milhões para esse fim. Ele questionou o curto intervalo entre a emissão da ordem de serviço e o pagamento à empresa contratada.

– Verifica-se que 28 dias após a emissão da ordem de serviço é faturado o valor correspondente a 23% do valor da obra, que é de R\$ 64 milhões, dos R\$ 99 milhões contraídos com o BNDES. Como o prazo de execução total dos serviços é de 540 dias, em apenas 28 dias faturou-se o equivalente a 121 dias de serviço.

Jarbas cobra austeridade do governo federal

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) alertou ontem para os riscos que o Brasil corre com "o crescimento alarmante da inflação". Ele lembrou que a alta vem sendo anunciada desde 2010, quando o presidente Lula "fez uma verdadeira farra do crédito fácil e dos gastos públicos para empinar a candidatura da então ministra Dilma Rousseff".

– O que o governo precisa é combater as causas da inflação, como seus gastos correntes. Ninguém leva a sério as promessas de austeridade, de corte das despesas – afirmou o parlamentar.



Jarbas Vasconcelos

Itamar critica declarações de Guido Mantega

Itamar Franco (PPS-MG) refutou ontem afirmação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na terça-feira, de que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva "não deu continuidade à política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso".

– Cada um de nós fez o que era possível à sua época. Acreditar novamente que o presidente Lula inventou o Brasil, que nunca antes se fez nada neste país, não é uma verdade – afirmou Itamar, para quem "ninguém reconhece o que outros governos fizeram".



Itamar Franco

Aloysio: gasolina é a mais cara das Américas

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ontem que o Brasil tem a gasolina mais cara das Américas e a mais alta entre os países emergentes, de acordo com estudo feito pela consultoria norte-americana Associates for International Research, Inc – especializada em preços globais. Aloysio afirmou que o motivo são os impostos, que representam 57% do valor do litro de gasolina. O Brasil só perde para os países europeus, que estabeleceram política de desestímulo ao uso de carros.



Aloysio Nunes